

Tramas de ordem e anarquia: discutindo identidades políticas a partir da imprensa brasileira e da questão cisplatina (1824-1825)

Plots of order and anarchy:
discussing political identities based
on the press and the cisplatine
issue (1824-1825)

Tramas de orden y anarquía:
discutiendo identidades políticas
desde la prensa y de la cuestión
cisplatina (1824-1825)

Fabiula Paulo de Freitas Manhães¹

Resumo: Este artigo analisa a produção de identidades políticas no Primeiro Reinado do Brasil, investigando as discussões da imprensa periódica acerca da questão cisplatina. Tal tópico concerne às disputas em torno da região denominada, no período, como Banda Oriental do Uruguai ou província Cisplatina. Nos interessam os jogos identitários e discursivos forjados pela imprensa da época, especificamente nos jornais *O Spectador Brasileiro* e *Abelha do Itaculumy*. Os redatores experimentavam o processo de construção do Estado nacional brasileiro, um contexto complexo e marcado pelos embates e projetos da opinião pública. Nesse sentido, pretende-se averiguar a mobilização linguística da questão cisplatina, lançando luz sobre sua relevância nos discursos de homens que não somente acompanharam, mas participaram ativamente das lutas e decisões políticas dos primeiros anos do Brasil independente.

Palavras-chave: questão cisplatina; identidades políticas; imprensa; Primeiro Reinado do Brasil; opinião pública.

Abstract: This article analyses the creation of political identities during the First Reign of Brazil, investigating specially the press discussions regarding the cisplatine issue. This topic pertains to disputes over the territory vaguely named by that time as Eastern Band of Uruguay or Cisplatine province. We are interested about identity and discursive games forged by the press of the period, specifically in the newspapers *O Spectador Brasileiro* and *Abelha do Itaculumy*. The writers were experiencing the process of constructing the Brazilian national state, a complex and dynamic context, marked by the clashes and projects of the public opinion. In this sense, we aim to verify the linguistic mobilization of the cisplatine issue, enlightening its relevance in the discourse of those men who not only watched, but actively participated in the political struggles and decisions in the early years of independent Brazil.

Keywords: cisplatine issue; political identities; press; First Reign of Brazil; public opinion.

Resumen: Este artículo analiza la producción de identidades políticas durante el Primer Reinado de Brasil, investigando especialmente las discusiones en la prensa periódica sobre la cuestión cisplatina. Este tema se refiere a las disputas en

torno a la región vagamente denominada en ese momento como Banda Oriental del Uruguay o provincia Cisplatina. Nos interesan los juegos identitarios y discursivos forjados por la prensa de la época, específicamente en los periódicos *O Spectador Brasileiro* y *Abelha do Itaculumy*. Los redactores estaban experimentando el proceso de Construcción del Estado nacional brasileño, un contexto complejo, dinâmico y aún marcado por los enfrentamientos y proyectos de la opinión pública. En este sentido, se pretende averiguar la movilización lingüística de la cuestión cisplatina, arrojando luz sobre su relevancia en los discursos de hombres que no solo siguieron, sino que participaron activamente en las luchas y decisiones políticas de los primeros años del Brasil independiente.

Palabras clave: cuestión cisplatina; identidades políticas; prensa; Primer Reinado de Brasil; opinión pública.

INTRODUÇÃO

Ao debatermos as independências ibero-americanas e os processos de construção de novos Estados nacionais nesta região, uma palavra surge como insígnia das dinâmicas vislumbradas: narrativa. No caso brasileiro, uma das narrativas criadas para se contar e explicar o surgimento do Estado nacional foi aquela calcada nos preceitos de ordem, estabilidade e pacificidade. Muitos autores contribuíram para a feitura dessa linha discursiva, ganhando destaque aqueles vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Tal instituição, fundada em 1838, surgiu com o intuito de mapear e organizar documentos considerados importantes para a memória nacional. Partícipes de momentos-chave da vida política brasileira, como a Independência, a Assembleia Constituinte de 1823 e a abdicação de D. Pedro I (1831), os fundadores do IHGB objetivavam forjar um passado coeso, que conferisse legitimidade à existência do Brasil enquanto entidade autônoma e soberana. Selecionaldo e excluindo os conteúdos que conformariam o rol de tradições e símbolos nacionais, tais sujeitos alocaram a monarquia dos Bragança no centro de uma narrativa que cristalizou a Independência como uma transição pacífica e natural (Guimarães, 1997, p. 219).

Um dos autores responsáveis por difundir esse enredo foi Francisco de Varnhagen, o visconde de Porto Seguro. Membro associado do IHGB, Varnhagen foi também um proeminente diplomata, tendo servido como ministro plenipotenciário do Brasil em Viena. Em uma de suas mais reconhecidas obras, *História geral do Brasil antes da sua separação de Portugal*, o autor enxergava na transferência da Corte portuguesa para a América, em 1808, e, sobretudo, na abertura dos portos, os legítimos marcos da emancipação brasileira (Guimarães, 2012, p. 163; Varnhagen, 1877). Conectado com o projeto de memória do IHGB e com as convenções intelectuais do século XIX, que se comprometiam com a formação dos Estados nacionais e de identidades a eles coadunadas, Varnhagen realizou vastas pesquisas em acervos documentais europeus e brasileiros. Sua atividade historiográfica, ao fim e ao cabo, substanciou uma ideia de continuidade entre as experiências históricas de Portugal e Brasil. O alicerce dessa concepção era a relação paternal entre a Metrópole e a colônia que se emancipava.

Compreendia-se, desse modo, que o Brasil era herdeiro da mãe-pátria lusitana. Nessa leitura, a Independência fora uma transição controlada, um passo natural

na trajetória de todo filho que, alcançando a maioridade, se desvincilha dos laços maternos. Sendo esse um processo orgânico e, de certo modo, esperado, não haveria espaço para rupturas e traumas profundos. A separação, seguida da permanência de um membro da Casa de Bragança em terras brasileiras, era marcada pela pacificidade e pela comunhão de sentimentos em torno da causa nacional. Dessa forma, os escritores filiados a tal projeto historiográfico respondiam a uma demanda premente de seu tempo, qual seja, a criação e o fortalecimento de uma identidade nacional coesa e legítima (Ribeiro, 2009, p. 3). Na passagem do século XIX para o XX, Manoel de Oliveira Lima despontou como um dos grandes responsáveis pela fixação dessa linha narrativa.

Na clássica obra *O Movimento da Independência* (1821-1822), publicada em 1922, Lima (2019, p. 7-8) sublinhava o baixo grau de violência supostamente constatado no decurso independentista brasileiro. O autor apontava que a resistência do General Madeira, na Bahia, foi uma das poucas no período, tendo sido “depressa vencida”. Ao ser analisado por historiadores contemporâneos, o livro de Oliveira Lima surge como um dos consolidadores da supracitada concepção “ordeira” e “natural” da Independência, cujo símbolo máximo seria José Bonifácio (Vianna, 2011, p. 10). O autor, dessa maneira, faz parte de uma “longa duração da historiografia da Independência”, que defendia, entre outros pressupostos, que a nacionalidade brasileira estava formada desde o período colonial (Pimenta, 2022, p. 213).

Já no avançar do século XX, Raymundo Faoro abordaria a narrativa da continuidade em outra chave. Lançando mão da teoria weberiana, Faoro utilizou o conceito de patrimonialismo para moldar sua interpretação acerca do processo político brasileiro. Tal conceituação entende que, em determinadas sociedades, as estruturas administrativas e de poder se desenvolvem em torno de um senhor, ao qual os sujeitos devem obediência. Para Faoro, essa seria a configuração a reger a experiência social e política de Portugal e Brasil durante toda a história – partindo dos tempos mais primevos, com a estruturação do Estado português, e alcançando a época hodierna, com figuras como a de Getúlio Vargas. No contexto da Independência, o autor enxergava um elo entre os exercícios de poder de D. Pedro e de seu pai, D. João VI. Desse modo, não haveria uma ruptura entre as experiências políticas portuguesa e brasileira, mas sim uma continuidade cuja única inovação seria o receptáculo da soberania. Com a criação do império brasileiro, não haveria a invenção de um novo edifício político e administrativo, mas sim a reformulação dos aparatos lusitanos (Faoro, 2001; Ricupero; Ferreira, 2005; Schwartzman, 2003).

Os autores acima destacados, portanto, fomentaram percepções acerca da Independência e da formação do Estado nacional marcadas pelas ideias de continuidade e conservação. Alguns deles, como Oliveira Lima e Varnhagen, associados ao projeto de memória do IHGB, destacaram o valor civilizatório de tal processo. Já intelectuais posteriores, como Faoro, defenderam uma ótica crítica do legado lusitano em terras brasileiras, salientando a postura por vezes autocrática de D. Pedro, bem como o descompasso entre o aparelho estatal “aparatoso” e a “informe” nação que engatinhava rumo à consolidação (Faoro, 2001, p. 342). Tais nuances ecoam, em última instância, o momento de produção das obras. Os autores mencionados são apenas alguns dos diversos intérpretes da história brasileira. Pertencentes a diferentes épocas, tais sujeitos expressavam demandas políticas, sociais e culturais específicas, sendo, em muitos casos, representantes de projetos bem definidos.

A historiografia mais recente, em especial aquela produzida pelos programas de pós-graduação universitários a partir da década de 1970, mantém-se ocupada com o exame dessas narrativas. Entende-se que as concepções cristalizadas acerca da história brasileira, como a Independência pacífica, o papel central da Casa de Bragança e a suposta ausência de violência, não são dados naturais ou fatos incontestáveis. Trata-se de constructos narrativos historicamente localizados, forjados segundo uma miríade de interesses. Não se quer dizer, com isso, que há ímpeto ludibriador nas intenções dos autores responsáveis por essas mesmas estórias – tal ato estaria eivado de anacronismos. O que a historiografia mencionada busca, como sintetizou Cecília Oliveira (1999, p. 17), é problematizar o que se comprehende como “fato”, evidenciando a impossibilidade de se apagar a relação entre os fatos do passado e a interpretação construída sobre eles. Nessa esteira, ao nos voltarmos à vida política ibero-americana do século XIX, destacar o caráter violento e conflituoso desses processos é um passo crucial.

Estudos sobre as marchas independentistas na América ibérica demonstraram que os dilemas da guerra, da fragmentação e do dissenso foram comuns a todos os corpos políticos. Ana María Stuven (2015) apontou, no caso chileno, a relevância das guerras para a centralização estatal e a moldagem institucional da região ao longo do século XIX. Já Túlio Halperin Donghi (2015), em trabalho clássico, sublinhou a militarização da vida cotidiana em Buenos Aires durante os anos revolucionários, além dos constantes abalos sofridos pelas direções políticas instaladas na capital a partir de 1810. José Carlos Chiaramonte (2016), por seu

turno, localiza nas disputas entre as províncias-Estados – principalmente a partir da atuação de caudilhos – uma das características mais singulares do processo emancipatório no antigo vice-reino do Rio da Prata.²

Seguindo esses questionamentos e hipóteses, ganha relevância a condição cambiante do mundo da política e das relações sociais ao longo dos processos independentistas na América ibérica. A volatilidade de tais vivências em raros casos esteve dissociada de experiências violentas, perpassadas por um belicismo intenso. Rodrigo Moreno Gutiérrez (2022, p. 4) propõe o uso do conceito de “cultura de guerra” como aporte teórico nas pesquisas sobre esse recorte espaço-temporal. Segundo tal conceituação, a “cultura de guerra” se referiria ao conjunto de mecanismos discursivos, simbólicos e materiais que sustentam o exercício da violência política por uma sociedade historicamente situada. Seriam englobadas, assim, as memórias e as produções artísticas e literárias, assim como os comportamentos e o imaginário socialmente articulados em torno da guerra (Gonzalez Calleja, 2008, p. 70-71).

Para o cenário brasileiro, destacamos trabalhos que escrutinaram as narrativas eclipsadas por uma historiografia compromissada intelectual e politicamente com o delineamento da imagem pacífica da Independência e da formação do Estado. No século XX, Caio Prado Júnior (1933) e Nelson Werneck Sodré (1965), sob perspectivas marxistas, descortinaram aspectos conflituosos desses processos. Recentemente, os estudos de João Paulo Pimenta (2006a, 2015) se revelam indispensáveis ao realçarem os intercâmbios entre as veredas políticas das Américas hispânica e lusitana. O professor atestou, por meio da análise de fontes da imprensa e de documentos oficiais, os ecos da experiência hispano-americana no Brasil, principalmente no que toca à circulação de ideias revolucionárias. Já Evaldo Cabral de Mello (2004), em obra acerca da participação de Pernambuco nesse processo, demonstrou a importância da pesquisa e reflexão sobre as dinâmicas políticas das províncias para além do Rio de Janeiro. A Corte, afinal, assumiu protagonismo quase absoluto nas narrativas clássicas sobre a Independência, o que eclipsou a participação de outras regiões no processo.

Nota-se, a partir dessa pequena exposição, os portentosos avanços historiográficos realizados em direção ao questionamento da Independência não somente em condição de processo histórico, mas, também, a partir de seu *status* enquanto narrativa. As páginas seguintes pretendem ser um endosso a tal

vereda investigativa. Nossa escopo é compreender os subsídios utilizados pela imprensa do Primeiro Reinado brasileiro para formular uma linha interpretativa da Independência e da formação do Estado enquanto, *pari passu*, se vivia esse processo. Entendemos que a narrativa da suposta “ordem” e “pacifidade” da Independência tem como um de seus esteios a continuidade do governo monárquico sob a égide de D. Pedro I. Além disso, a contiguidade e a pretensa uniformidade territorial do Brasil, calcadas no argumento das “fronteiras naturais”, foram substratos desse discurso. Essa perspectiva foi tramada e reforçada por escritores como os supracitados Oliveira Lima e Varnhagen. Nossa inquietação parte da possibilidade de tal operação discursiva ter surgido concomitantemente à Independência e ao curso de edificação da nova ordem estatal e nacional, funcionando, naquele momento, como húmus para uma incipiente identidade política coletiva³ “brasileira”.⁴

Nesse sentido, concentrar-nos-emos sobre um dos mais importantes conflitos do Primeiro Reinado, qual seja, a questão cisplatina. Em linhas gerais, esses foram os diversos litígios concernentes à Banda Oriental do Uruguai. Neles, se envolveram os impérios ibéricos e, posteriormente, as formações políticas autônomas, isto é, o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata. Após a declaração de Independência do Brasil, a Banda Oriental, então denominada Cisplatina, passava por sérias provações, tendo sua condição jurídica e administrativa indefinida. Oficialmente, foi mantida como ente do império brasileiro, mas a adesão não se faria facilmente. No recorte estabelecido para este trabalho, ou seja, 1824 e 1825, uma série de lutas armadas ocorriam na Cisplatina e representavam distintos interesses por sua posse. Factualmente, em 1825, as negociações entre o império e Buenos Aires foram esgotadas, sendo a Guerra da Cisplatina declarada pelo Brasil em 10 de dezembro daquele ano.

No decorrer desses revezes, a imprensa assumiu papel central enquanto articuladora e difusora de projetos políticos, debates e prognósticos. Lançaremos mão, nesta análise, de dois jornais circulantes no Brasil no quadrante histórico selecionado. Trata-se de *Abelha do Itaculumy*, publicado na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, e *O Spectador Brasileiro*, publicado no Rio de Janeiro. Nossos esforços partem da seguinte indagação: foram os redatores agentes formadores de uma certa identidade política coletiva “brasileira” e de uma narrativa sobre a Independência e a formação do Estado cujos esteios eram a ordem e a instituição monárquica? Mais ainda, se a resposta a tal pergunta for positiva, qual seria a

função discursiva do tópico da Cisplatina nesses mesmos constructos identitários e discursivos? Partindo dessas premissas, abordaremos o contexto de publicação das fontes elencadas, elucidando seus diálogos com o cenário geral de erguimento do Estado nacional brasileiro.

Elegemos como metodologia o Contextualismo Linguístico, cujas diretrizes foram sistematizadas por autores como Quentin Skinner (1996) e John Pocock (2003), sendo esse um realçador da originalidade de nosso trabalho. Tal método pressupõe a indissociabilidade entre os textos do passado e seus contextos originais de publicação. Assim, o historiador do pensamento político deve construir sólido conhecimento acerca não somente do cenário cultural, intelectual, político e econômico em que a obra em análise foi escrita e publicada, mas também sobre as posições ocupadas por seus autores em conjunturas histórico e socialmente localizadas. Como assevera Pocock (2003, p. 25), tal ferramenta investigativa é uma chave para a apreensão das interações entre os discursos emitidos por autores específicos e o contexto linguístico mais amplo no qual eles se inserem. Neste trabalho, compreendemos os discursos políticos dos redatores de *O Spectador Brasileiro* e *Abelha do Itaculumy* como objetos de estudo. Concebemos suas linguagens como instrumentos de reiteração de um ponto de vista sobre o governo imperial e suas diligências concernentes à questão cisplatina. Por outro lado, esses discursos formaram parte de uma estratégia de neutralização das narrativas contestadoras do projeto político pedrino.

Salientamos, ademais, que os jornais examinados encontram-se disponíveis para consulta no portal *on-line* da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Imbuídos dos interesses supracitados e alinhados aos preceitos metodológicos contextualistas, consideramos pertinente realizar a leitura integral dos periódicos.⁵ Dessa maneira, pudemos enxergar as discussões sobre a questão cisplatina associadas a demais matérias patentes durante o Primeiro Reinado.

ALTERIDADES: AS NARRATIVAS DICOTÔMICAS NO OITOCENTOS E A ATIVIDADE DA IMPRENSA

As narrativas duais, pautadas em pares conceituais⁶ como ordem/anarquia, monarquia/reposição ou modernidade/atraso, apenas para citar exemplos correntes, foram elementos vitais nos debates políticos oitocentistas no espaço ibero-americano. Fosse na imprensa periódica, em discussões parlamentares ou em obras literárias, a criação de discursos bipolares portadores de carga valorativa

foram armas de combate político amplamente empunhadas pelos partícipes daquele período histórico. Em meio às aceleradas transformações que experimentavam, às incertezas acerca do futuro e à transitoriedade das instituições revitalizadas ou construídas durante e após os processos emancipatórios, urgia àqueles homens conferir racionalidade e algum ordenamento à realidade (Ramos, 2009, p. 65-66). As operações linguísticas criadoras de “autoimagens” positivas e bem-sucedidas dos entes nacionais em formação eram, portanto, práticas comuns entre os personagens do teatro político da América ibérica do XIX (Pimenta, 2009, p. 55).

O que buscamos, aqui, é a compreensão, a partir de um estudo de caso, dos alicerces que sustentavam narrativas que, ao fim e ao cabo, foram substanciais para a conformação das histórias nacionais latino-americanas. Em termos amplos, a concepção ordeira e conservadora acerca da Independência – e da própria existência do Brasil enquanto Estado nacional – foi uma dentre outras criadas por diferentes atores históricos, representantes de distintos interesses. Podemos afirmar, retrospectivamente, que tal narrativa ganhou *status* oficial e foi amplamente divulgada como “a verdadeira história”, sendo robustecida durante anos. O encargo que assumimos consiste em dar pequenos passos em direção ao entendimento das demandas e interesses subjacentes a esses discursos.

Em 1824, no Brasil, a mais premente das demandas políticas era a consolidação do novo Estado e a manutenção da integridade territorial. Para alguns sujeitos que vivenciavam aqueles tempos, a unidade em sentido político e social figurava como um objetivo a ser alcançado. É o que se verifica em um dos primeiros números de *Abelha do Itaculumy*. Em artigo que exaltava a figura do “grande” D. Pedro I, lia-se: “O que nos falta? Uniformidade de sentimentos: União, União” (*Abelha* [...] 1824). Essa é uma amostra da relevância com a qual se revestia o tema da unidade naquele momento. Era indispensável que a “uniformidade” política e a independência andassem de mãos dadas, não se podendo dissociá-las (Pimenta, 2022, p. 102). Para os redatores anônimos de *Abelha do Itaculumy*, a figura de D. Pedro era o amálgama necessário à concretização de tal plano.

O contexto de publicação de *Abelha* era crivado por uma retração da atividade da imprensa na Corte fluminense.⁷ Lá, entre 1824 e os primeiros meses de 1826, somente 5 jornais vieram à luz, sendo todos de orientação áulica, isto é, apoiadores ferrenhos das diretrizes do governo pedrino (Reis, 2022a, p. 100-108). Esse silenciamento fez-se presente também na província de Minas Gerais, haja

vista que, em 1824, *Abelha* era o único jornal produzido e apresentava linguagem similar aos áulicos do Rio. Os redatores – desconhecidos até o momento em que redigimos este artigo – se entendiam como propugnadores de um “liberalismo moderado”. Nas páginas do jornal encontram-se, sumariamente, extrações de documentos oficiais, correspondências e reproduções de textos de outras folhas, como as fluminenses *Estrela Brasileira* e *O Spectador Brasileiro*. Conforme Wlamir Silva (2013, p. 4-5), *Abelha* foi efetivamente um dos sustentáculos mineiros do projeto político pedrino.

Esse foi o mesmo cenário que abrigou o início das publicações de *O Spectador Brasileiro*. Seu redator era o livreiro francês Pierre Plancher. Comerciante estabelecido na Paris napoleônica, Plancher fora um admirador e apologista público do “imperador dos franceses”. Ao longo de suas atividades no país natal, se envolveu em vários conflitos com seus concorrentes, passando até mesmo por disputas judiciais. Aportou em terras brasileiras em 1824, conseguindo rapidamente autorização governamental para atuar no comércio fluminense. Inaugurou *O Spectador* ainda naquele ano, no dia 28 de junho. Segundo linha editorial similar à de *Abelha*, *O Spectador* surgiu como alicerce do poder imperial numa cena pública fluminense que não ecoava vozes opositoras. Plancher, na página final da folha, se apresentava como “impressor-livreiro de Sua Majestade Imperial”, um forte indício de sua ligação não somente com o governo, mas com o próprio monarca. Ademais, a transformação de sua postura pública, de fiel bonapartista a “fidalgo” do império brasileiro, exemplifica a fluidez do jogo político naquele período, sendo as lealdades pautadas por interesses pessoais e setoriais (Morel, 2016, p. 22-29). Na primeira edição do periódico, o francês asseverava que era “instruído pela experiência” acerca dos “flagelos” que as revoluções causaram à Europa. Seu compromisso, doravante, seria evitar que o Brasil seguisse o mesmo rumo (*O Spectador* [...], 1824a).

Observamos, assim, que *Abelha* e *O Spectador* vieram à luz com propósitos semelhantes, isto é, garantir que o projeto político pedrino tivesse sustentáculos robustos perante a opinião pública. Devemos ressaltar que, pouco tempo antes, em 1823, a autoridade de D. Pedro sofrera um golpe, digamos, “autoinfligido”. Ao dissolver a Assembleia Constituinte em novembro daquele ano, o Imperador causara uma má impressão em vários setores sociais. A Confederação do Equador, ocorrida em 1824, foi em grande parte fomentada pela insatisfação de grupos políticos do Norte com o fechamento do congresso. Ademais, é patente que a atitude

do monarca afugentou a atividade dos críticos do governo, que se exprimiam, mormente, pela via impressa. Os espaços públicos do Rio de Janeiro, a partir de 1823, seriam tomados pelos áulicos, cuja atuação pública foi base da governabilidade do Imperador durante todo o Primeiro Reinado (Marques Júnior, 2018, p. 40-42). Para além da Corte, a província de Minas Gerais apresentava um panorama similar.

A adesão mineira ao governo de D. Pedro não se fez de maneira imediata, tampouco correu de forma suave. A Junta de Vila Rica, instalada em setembro de 1821, resistiu veementemente à aliança com o núcleo de poder fluminense, fazendo frente também às Cortes de Lisboa (Silva, 2005, p. 73.) Na região, um governo provisório foi instalado – dentro do qual também ocorreram dissidências (Toledo, 2013, p. 14). Para D. Pedro e sua órbita, era patente a importância do apoio mineiro a sua regência. Em termos econômicos, a região das Gerais era profundamente ligada à Corte, principalmente no que toca a seu abastecimento. Isso porque, após a crise da atividade aurífera, em fins do século XVIII, a matriz econômica de Minas Gerais experimentou uma forte diversificação, voltando-se mormente à produção e ao consumo interno e de regiões limítrofes, em especial o Rio de Janeiro. Tais fatores foram pouco a pouco moldando a densa teia de alianças políticas e econômicas entre produtores e comerciantes mineiros e a elite fluminense (Lenharo, 1979, p. 30; Vellasco, 2005, p. 174). Com a crise entre o Brasil e sua Metrópole se aprofundando, em março de 1822 o príncipe partia em viagem a Minas Gerais, imbuído da necessidade de angariar ancoragem política na região (Souza, 1999, p. 240-241).

É perceptível, portanto, que a manutenção e o fortalecimento das alianças políticas com a elite mineira foram elementos vitais para a consolidação do projeto de D. Pedro I e para o suporte à marcha independentista brasileira. Conviveram, em Minas, tendências e perspectivas muito distintas – da Junta de Vila Rica e sua postura autonomista aos “leais” monarquistas de São João del Rei e Barbacena, a província mineira foi peça fundamental no jogo político da época da Independência (Silva, 2005, p. 83). Ao consumar-se a emancipação, as demandas por fortalecimento e solidificação do novo Império se revelaram aos atores políticos de forma acachapante. D. Pedro I logo se veria enredado em uma trama de conflitos e se depararia com a fragilidade de sua legitimidade enquanto chefe de Estado. Diante desse cenário, a presença, em Minas Gerais, de um impresso como *Abelha do Itaculumy* funcionava como pilar da nova institucionalidade e, sobretudo, do monarca e de seu estilo de governo “absolutista ilustrado”, como entendido com perspicácia por Lúcia Neves (2000, p. 276).

Destacar os matizes regionais e locais da vida política brasileira no Oitocentos é uma tarefa premente para o historiador que pretende elucidar o caráter conflituoso e heterogêneo de processos como a Independência e a formação do Estado nacional. Quando nos debruçamos sobre a urdidura de narrativas nacionais e memorialísticas, como a interpretação da separação entre Brasil e Portugal como um “desquite amigável”, é indispensável ter em vista os cenários concretos subjacentes a tais leituras. O que de fato era o Brasil nos idos de 1822? Segundo as proposições de Pimenta e Jancsó (2000), se tratava de um imenso e complexo mosaico de identidades. Há de se considerar, desse modo, que, ao se depararem com a empreitada de construção de um corpo político autônomo e soberano, os artífices do novo “Império do Equador” lidavam com um problema ainda mais espinhoso: tinham de erguer, em paralelo à edificação do novo Estado-nação, uma identidade que o unificasse e, sobretudo, o diferenciasse. Para essa finalidade, a imprensa que aqui analisamos se utilizou de operações linguísticas pautadas pela alteridade. Nessa esteira, a América espanhola surgia como paradigma de diferenciação.

Enquanto apoiador do imperador e defensor de uma postura autodenominada “moderada”, *Abelha do Itaculumy* desaprovava os rumos seguidos pelos hispano-americanos. Em dado momento, o periódico apresentou notícias sobre Buenos Aires, segundo as quais a “facção militar” tornava-se cada vez mais forte na capital portenha. Sabe-se que, no vocabulário político aqui examinado, a denominação de “facção” era negativa, sendo associada às maléficas divisões que impediam a efetivação da almejada unidade nacional (Morel, 2016, p. 68). Nesse sentido, Buenos Aires é alocada como exemplo do supostamente fracassado sistema “Republicano-Democrático”. Tal configuração seria “absolutamente incompatível com o estado das luzes, os costumes, e as precisões dos Povos da América do Sul” (*Abelha [...]*, 1824a). O Brasil, por outro lado, seria um exemplo de solidez, especialmente por conta da direção exercida por D. Pedro. No número seguinte, os redatores se questionavam sobre o difícil destino que o império encontraria sem “o firme ponto de apoio” concedido a ele pela “Divina Providência” (*Abelha [...]*, 1824b). Em outras palavras, sem a monarquia constitucional encabeçada por Pedro, o Brasil correria o risco de cair num torvelinho similar ao dos hispano-americanos.

Já no fluminense *O Spectador Brasileiro*, os vizinhos americanos surgiam tanto como “antiexemplo” quanto como modelo a ser imitado. A adoção de um ou outro discurso dependeria das circunstâncias vivenciadas e dos interesses em jogo. Em

1824, um dos mais explosivos acontecimentos foi a supracitada Confederação do Equador. Nas páginas de *O Spectador* pode-se encontrar uma vastidão de textos e correspondências relativas ao Norte do Brasil. Em consonância com seu comportamento político áulico, Plancher rechaçava o governo autônomo cabeceado por Manoel de Carvalho, compreendendo seus movimentos como anárquicos e ameaçadores à ordem e à unificação do império. O redator afirmava que a província pernambucana era uma vítima da “Demagogia” do grupo aliado a Carvalho, contrariando, assim, “os verdadeiros interesses Nacionais” (*O Spectador* [...], 1824b). Já numa proclamação emitida por D. Pedro I e reproduzida nas páginas de *O Spectador*, um paralelismo entre as situações de Pernambuco, da América espanhola e da França revolucionária era traçado.

Eia pois, Amigos Meus, acabemos não só em Pernambuco, mas em todo o Brasil, e se possível for no Mundo inteiro, com os Demagogos, e Revolucionários, que inculcando-se ao Povo Filantropos jamais amam a humanidade, jamais desejam ver feliz uma nação sequer, e só sim empolgar riquezas, e autoridade sem que nada mais lhe importe. A França, e os Estados do Sul da América já viram, e ainda vão vendo os benefícios provenientes de tais amigos do Povo; o Brasil, por desgraça nossa, agora começa a sentir seus males (*O Spectador* [...], 1824c).

A retórica do Imperador estava carregada de ironia. Nessa percepção, a América espanhola seria o temível fim que Pernambuco encontraria se enveredasse pelo caminho revolucionário e republicano. No mesmo número, com suas próprias palavras, Plancher asseverava que a “História das revoluções, mormente a dos nossos vizinhos, os Espanhóis Americanos” deveria servir de freio a movimentações políticas como a de Pernambuco, evitando, desse modo, “retalhar o Império do Brasil em míseras Províncias” (*O Spectador* [...], 1824c). Nota-se, portanto, que ao se referir a quadros políticos “convulsivos” que representavam perigo à almejada homogeneidade e pacificação interna do império, como o foi a Confederação do Equador, *O Spectador* mobilizava o tópico da América espanhola como alternativa a ser rejeitada.

A linguagem apresentada nas páginas de *Abelha* e de *O Spectador*, desse modo, era amparada por relações de alteridade. Como aferido nos trechos analisados, as antíteses entre ordem e anarquia, monarquia e república ou guerra e paz eram esteios das falas enunciadas nos periódicos. A questão cisplatina, nosso tópico de interesse, surgiu, inicialmente, como um reforço à identidade pacífica e

moderada que se buscava atribuir ao Brasil. Deve-se ter em conta que o contexto de publicação dos jornais foi marcado por profundas turbulências, responsáveis por desnudar as debilidades internas do império, como destrinchado páginas acima. Os laços entre as províncias mostravam-se rotos e a adesão à autoridade pedrina centrada no Rio de Janeiro era heterogênea. Assim, considerando o compromisso de *Abelha* e *O Spectador* em defenderem o Imperador, era mister expressar publicamente o pretenso controle e a legitimidade de suas ações. Urgia conformar, perante a opinião pública, a imagem de um governo sólido e capaz de navegar por águas revoltosas. As notícias acerca da província Cisplatina serviram a esse interesse, como se lia em edição de *Abelha*:

[o Síndico Geral do Estado Cisplatino] participa que, havendo aqueles Povos manifestado com a maior espontaneidade os ardentes desejos de fazerem uma parte integrante do Império do Brasil; e tendo-se já, de tempo anterior, reconhecido a uniformidade a este respeito nos da Província de Monte-Video, abjurando para sempre a ideia de federalismo, e as máximas subversivas, que ali se tem suscitado na efervescência de partidos; e estando resolutos a darem pronta execução com a maior constância a estes seus honrados sentimentos, logo que se vejam livres da força, com que o inimigo os tem subjugado: o mesmo Síndico Geral, em nome deles, leva por este meio ao Conhecimento de S. M. I. as súplicas, para que se digna acolhê-las benignamente; e Atendendo à sua crítica situação, Declarar expressamente a União do Estado Cisplatino ao Império do Brasil, como Província dele; a fim de gozarem aqueles habitantes, desde já, e para o futuro, de todas as vantagens, de que se acham gozando os Cidadãos Brasileiros (*Abelha* [...], 1824c).

Percebemos que a Cisplatina, até então, não surgia como modelo negativo nas páginas de *Abelha*. Em *O Spectador*, o discurso era similar. Na edição de 3 de novembro de 1824, o periódico apresentava um longo texto acerca da importância da Banda Oriental para o comércio e para a unidade do império. O artigo, inclusive, foi reproduzido por *Abelha* em sua edição de número 136 (22 de novembro de 1824), numa demonstração da afinidade entre os propósitos públicos dos redatores. É interessante a descrição feita por Plancher acerca da província austral: “reunida há pouco tempo ao gênio Imperial” e “pouco conhecida”. Apesar disso, a “bela e interessante porção do território Americano” seria o acabamento “perfeito” para o território brasileiro, tendo no Rio da Prata a linha divisória ideal. O escritor, dessa forma, oferecia ao público a conscientização das diferenças que a Cisplatina resguardava em relação aos demais componentes do Brasil. Em seu

ponto de vista, o apagamento de tais diferenças era uma emergência, dando lugar a uma união fraterna. O trecho abaixo é ilustrativo.

E com tantas relações naturais? Com tantos interesses recíprocos, como havia ser possível não conseguisse enfim uma sábia e paternal administração a operar entre os dois Povos uma verdadeira fusão; fazendo-lhes perder de vista a diferença de sua origem, e desprezar as miseráveis preocupações que os tornarão até hoje Estrangeiros um para com outro? (O Spectador [...], 1824e)

Tal declaração atesta a fragilidade das identidades políticas coletivas então existentes e o quão importante era, para aqueles atores históricos, solidificá-las e difundi-las. Afinal, como sustentar a imagem de um império estável e ordeiro se suas partes constituintes eram desconexas entre si e conviviam diariamente com a incerteza e a iminência de sérios conflitos? Nesses momentos, o esquecimento voluntário mostra-se como princípio não somente do Estado, mas da memória nacional e da identidade que se queria tramar (Machado, 2022, p. 7). O quadro vivido na província Cisplatina e as leituras sobre ele exemplificam tal desafio. Após a Independência brasileira, as tropas de ocupação foram cindidas. Enquanto o general Carlos Lecor e seus homens declararam lealdade ao governo de D. Pedro I, os Voluntários Reais, corpo militar lusitano, aderiram ao constitucionalismo lisboeta. Doravante, o território oriental seria repartido; por um lado, havia o mando de Lecor, que rumou para as cidades do interior na busca por reconhecimento ao novo império; por outro, os setores “portugueses”, cabeceados pelo brigadeiro Álvaro da Costa, sitiaram Montevidéu e exerceram o domínio da cidade até 1823, quando uma convenção entre Costa e Lecor decidiu pelo retorno dos Voluntários para a Europa (Frega, 2016; Winter, 2019).

A retirada das tropas portuguesas, contudo, não garantiu o fim das beligerâncias na Banda Oriental. Factualmente, o governo de Lecor – agraciado com o título de barão da Laguna em 1818 – e a presença luso-brasileira na região nunca foram aceitas uniformemente. O Congresso Cisplatino (1821), por meio do qual se firmou a anexação da Cisplatina ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, foi alvo de várias contestações. Frações das elites montevideana e bonaerense desfavoráveis tanto à união à Coroa portuguesa quanto à junção com o império brasílico entendiam que o Congresso fora manipulado por Lecor e seu “clube” de apoiadores (Ferreira, 2007, p. 217-218). Além disso, o barão teria utilizado meios violentos para conseguir a incorporação dos *cabildos* do interior oriental

ao governo pedrino (Real de Azúa, 1991, p. 84). Nesse panorama, uma variedade de movimentos contestatórios veio à tona. Foi expressiva a atividade dos *Caballeros Orientales*, uma sociedade patriótica composta por insignes membros da vida política do Rio da Prata. Tais sujeitos lançaram mão da imprensa como arma política em sua luta contra a ocupação luso-brasileira da Banda Oriental (González Demuro, 2013, p. 348)

Nos excertos até aqui analisados, pudemos observar que, para os redatores de *Abelha* e *O Spectador*, era evidente a existência de “partidos” na região cisplatina, ou seja, grupos e “facções” que desafiavam a ordem imperial, instituída naquela província a partir do barão da Laguna. Tais manifestações “subversivas”, todavia, não seriam páreo aos “ardentes desejos” dos cisplatinos em integrarem-se ao Império, como narravam os redatores do jornal ouropretano. Plancher, por seu turno, tratava de afastar o espectro da anarquia quando se referia à Banda Oriental. Em uma crítica à condução do governo de Buenos Aires, o francês denunciava a desunião entre as províncias do Prata, afirmando que os “vergonhosos excessos” e as “deploráveis convulsões” do mando militar e político retalharam o território. Essa seria, portanto, a explicação para o isolamento da capital. Logo à frente, *O Spectador* alertava que nessa análise não se levava em conta a “população da Província de Montevidéu reunida ao Império do Brasil” (*O Spectador* [...], 1824f). Salvaguardados pelo império, os “cisplatinos” não experimentariam os mesmos revezes que seus vizinhos portenhos e figuravam, nessa retórica, como exemplos do sucesso do imperador ao garantir a tranquilidade interna.

A historiografia demonstra, porém, que a situação pode ser narrada através de outros prismas. Há de se destacar que a integração da Banda Oriental ao então Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1817, foi uma medida de urgência tomada pelas elites do Prata. Sofrendo os prejuízos econômicos causados pelo movimento popular de José Artigas, os fazendeiros, comerciantes e demais grupos abastados da Banda viram no acoplamento à monarquia lusitana uma possibilidade de cessar a “anarquia” ali vivenciada (Frega, 2013, p. 59, 2016, p. 53; Pimenta, 2007, p. 44). A entrada das tropas luso-brasileiras em Montevidéu foi marcada pelas promessas de uma curta permanência, voltada unicamente à pacificação social. Sabemos, entretanto, que a ocupação durou até 1828, com o fim da Guerra da Cisplatina.

A união da Cisplatina ao Reino Unido luso e, posteriormente, ao Império do Brasil, ilustra a maleabilidade dos laços políticos entre os territórios ibero-americanos. As configurações territoriais legadas pelos anos coloniais geraram identidades políticas de caráter localista, o que, para os sujeitos históricos de então, foi um desafio (Chiaramonte, 2016). Como assinala Pimenta (2022, p. 103), a unidade territorial, na América Ibérica, foi construída por meio de guerras e tratados internacionais – o que passa ao largo de sentimentos de pertença supostamente nacionais, que estariam enraizados desde a colônia, como por muito tempo defendeu a historiografia citada anteriormente. A questão cisplatina foi uma entre muitas manifestações dessa dificuldade. Jornais publicados em Montevidéu durante a ocupação luso-brasileira, como o *Pacífico Oriental de Montevideo*, arvoravam uma identificação mais próxima ao ser “oriental” do que ao ser “brasileiro” ou “português” (Pimenta, 2007, p. 46-47). Estamos diante, portanto, de um jogo discursivo complexo, que colocava em uma conflituosa interação modalidades de pertencimento que resguardavam interesses variados.

Entendemos que, ao trazer a Cisplatina como exemplo do sucesso do governo imperial, *Abelha do Itaculumy* e *O Spectador* sedimentavam uma determinada identidade política para o império. Tal identidade era substanciada por relações de diferenciação (Silva, 2001). Ao anunciar o reconhecimento da Independência em Montevidéu, *Abelha* asseverava:

Os soberbos opressores daquelas regiões favorecidas com as bençãos do Céu, aqueles valentes que no seu insensato orgulho olhavam com desprezo as nossas coortes; convencidos enfim do quanto vale o amor do *pátrio ninho*, e quanta coragem e valor pode ele só infundir no Coração humano, vogam agora silenciosos no alto Oceano a contar na sua Pátria o transtorno dos seus vãos desígnios, e a inabalável constância dos seus briosos inimigos. Glória eterna ao bravo Exército do Sul e ao seu Ilustre General, pois aos seus trabalhos e esforços é que devemos o vermos enfim tremular a Bandeira Imperial nas Soberbas Torres de Monte-Video (*Abelha* [...], 1824d).

É notável o esforço dos redatores em fomentar uma aproximação identitária e sentimental entre a Cisplatina e o império. A utilização de vocábulos como “pátrio ninho”, “amor” e “coração humano” infundem apelo emocional a um debate político delicado, sendo essa uma estratégia retórica comumente utilizada pelos escritores públicos do período investigado (Reis, 2022b, p. 89-90). Além

disso, a província surgiria nas páginas do periódico mineiro como um modelo de tranquilidade pública.

Pelos últimos Navios chegados de Monte-Video sabemos que a maior tranquilidade reinava naquela importante Praça, cujos habitantes sentem cada dia mais as grandes vantagens que lhes resultam de se terem unido ao grande Império Brasileiro, e reconhecem perfeitamente que não havia para eles outro meio de escapar à tormenta revolucionária, e aos furores do espírito de partido. (Abelha [...], 1824e)

A experiência da Cisplatina durante o ano de 1824 foi perpassada por acontecimentos importantes, como o já citado reconhecimento da independência brasileira, o retorno das tropas portuguesas para a Europa e o estabelecimento do mando imperial em Montevideu sob Carlos Lecor. Esse era um cenário de intensos enfrentamentos, inclusive armados. Com parcelas da população manifestando descontento com a permanência brasílica na província, abriu-se espaço para ensaios separatistas e negociações com Buenos Aires. No biênio 1824-1825 ocorreriam as últimas tratativas diplomáticas entre o governo imperial e os portenhos. Sinalizamos, porém, que os preparativos bélicos foram desenvolvidos *pari passu* às tentativas de acordo sobre o futuro da Banda Oriental (Frega, 2005, p. 33). A imagem de uma província Cisplatina calma e obediente, como estampada nas páginas de *Abelha* e *O Spectador*, assume outros vernizes ao considerarmos tais informações.

Compreendemos, como afirmado anteriormente, que a apresentação da Cisplatina como um reduto de calmaria e lealdade ao império servia aos interesses propalados pelos jornais, sendo o maior deles a apologia do governo pedrino em meio ao processo de erguimento do Estado nacional. Logo, levantamos a possibilidade de os redatores terem escolhido não se pronunciar acerca dos conflitos políticos e bélicos que se desenrolavam na província entre 1824 e o início de 1825. Essa não seria a primeira vez que um periódico optava pelo silêncio diante de notícias capazes de abalar seus projetos.⁸ *O Spectador Brasileiro*, em edição de maio de 1825, alertava seu público sobre os perigos de se acreditar nos “rumores” sobre as turbulências na Cisplatina. Ainda que notícias recebidas naquele momento indicassem o escalar das tensões na região, nenhuma delas abalava a impávida retórica de Plancher.

Tranquilize-se portanto o povo; despreze os falsos rumores espalhados sobre a posição de Montevidéu: se há vinte, trinta, cem ingratos, e traidores; milhões de súditos fiéis rodeiam o Trono salvador do Brasil. Os planos iníquos não podem ir hoje adiante são descobertos, desfeitos sem remissão. Combinações arranjadas por traidores são por sua natureza dissolúveis, não persistem, os cúmplices se apartam arrancando-se os cabelos, e os bigodes mutuamente. Montevidéu se conservará em ordem e em tranquilidade, e as Sibilas ficarão nos antros sem crédito (O Spectador [...], 1825d).

Fato é que, em 1825, seria inevitável o encontro com as novas que anunciam hostilidades na Banda Oriental. Em abril daquele ano ocorreria a famosa *Cruzada de los Treinta y Tres Orientales*, um movimento militar liderado por Juan Antonio Lavalleja, cujo objetivo era encerrar o domínio brasileiro na região e reuni-la às Províncias do Prata. Paralelamente, o gabinete pedrino se encontrava às voltas com os reconhecimentos internacionais da Independência. Era especialmente preocupante a lentidão das negociações com a antiga metrópole, Portugal. Em publicação de maio de 1825, os redatores de *Abelha*, por meio de um extrato do periódico *Grito da Razão*, amenizavam a ameaça de uma investida bélica de Buenos Aires contra o Brasil: “Se Buenos-Ayres nunca pôde com Artigas, e seu pequeno partido, como poderá tirar vantagem combatendo contra todo o Brasil!” (*Abelha [...]*, 1825a). Novamente detectamos a construção de uma relação de alteridade. As lutas passadas entre Buenos Aires e José Artigas são rememoradas com intuito de desqualificação, enquanto a condição militar do Brasil é exaltada.

Um cenário de risco demandava estratégias de contenção, formas de se manter a tão cara ordem política. Essa aparenta ser a linha discursiva seguida pelos escritores de *Abelha* e *Spectador* entre 1824 e 1825. Nesse último ano, a concretização de uma guerra parecia cada vez mais próxima ao se ter notícias das movimentações de Fructuoso Rivera, um dos nomes centrais dos *Treinta y Tres Orientales*. As categorias depreciativas citadas anteriormente seriam, outra vez, empregadas para designar os participantes da contestação ao império: “partidos”, “rebeldes” e “revolucionários”. O espaço de experiência (Koselleck, 2006) da derrota da Confederação do Equador, ainda fresco, seria mobilizado como exemplo da robustez do governo brasileiro: “[...] a queda dos Revolucionários de Pernambuco deverá ter desenganado a ele, e aos outros da insubstância de Revoluções, em uma quadra, em que o Imperador possui meios bastantes para castigar rebeldes (*Abelha [...]*, 1825b)”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As empreitadas discursivas travadas pelos redatores de *Abelha do Itaculmy* e *O Spectador Brasileiro* não foram as únicas no período. Podemos arrolar folhas como *O Censor*, do Maranhão, e *O Grito da Razão*, da Bahia, como representantes de uma intervenção pública não somente favorável ao projeto político pedrino, mas também combatentes de quaisquer manifestações contrárias. Em Minas Gerais, uma província que apresentou hesitação na adesão à Independência, a atuação de *Abelha* foi uma garantia da legitimidade pública do governo imperial. Nos espaços públicos da Corte, retumbava o silêncio quando *O Spectador* iniciou sua cruzada em defesa da já combalida autoridade pedrina. Era necessário agir e garantir a ordem e a legitimidade do governo. Para a concreção dessa demanda, a criação de narrativas dicotômicas que favorecessem a imagem pacífica, conservadora e organizada do império foi uma estratégia.

A questão cisplatina foi mobilizada como tema atestador da capacidade de governo do imperador. Tais conteúdos foram componentes vitais para o delineamento de uma identidade política que associava o Brasil a elementos como ordem, tranquilidade social, unidade e estabilidade. Os “contestadores” eram ligados ao polo negativo de tais noções – anarquia, desordem e fragmentação. Compreendemos que a atividade impressa aqui analisada foi um dos pontos constituidores de uma trama narrativa e identitária acerca não somente da Independência, mas da história do Brasil enquanto Estado nacional. Plancher e os ignotos escritores de *Abelha* seriam, destarte, alguns dos responsáveis pelos esboços de uma interpretação histórica que permanece vive e respira até o presente.

Neste trabalho, buscamos demonstrar que a investigação das imprensas das províncias brasileiras pode descortinar uma complexa rede discursiva, a partir da qual o governo de D. Pedro I se sustentou ao longo da conflituosa década de 1820. A questão cisplatina, embora tenha alcançado seu auge com a Guerra de 1825 a 1828, representava um problema a ser superado desde 1816. Nos jornais áulicos examinados, o tema foi associado, direta ou indiretamente, a demais matérias em voga no período, como a segurança das fronteiras brasileiras e o reconhecimento internacional da independência. A abordagem desse tópico por *Spectador* e *Abelha* com o intuito de reforçar uma narrativa e uma identidade que fortalecessem a imagem do império e de seu governante atestam a importância territorial e política da Cisplatina e amplitude geográfica

das discussões sobre tão premente questão. Os discursos dos redatores, nossos objetos de investigação explorados a partir do Contextualismo Linguístico, insuflavam uma narrativa na qual se negavam os conflitos e se exaltavam uma estabilidade que, com efeito, dava poucas provas de existência. Já o destaque para as dinâmicas sociopolíticas vivenciadas tanto pelos redatores quanto pelas províncias em que os jornais foram originalmente produzidos nos revela a teia de interesses por trás de suas linguagens políticas, bem como permitem a apreensão da historicidade de linhas discursivas que, ao fim e ao cabo, contribuíram para a tecitura de uma tradição historiográfica nacional.

REFERÊNCIAS

- ABELHA do Itaculumy. Ouro Preto, n. 8, 28 jan. 1824a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=778931>. Acesso em: 4 dez. 2023.
- ABELHA do Itaculumy. Ouro Preto, n. 9, 30 jan. 1824b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=778931>. Acesso em: 4 dez. 2023.
- ABELHA do Itaculumy Ouro Preto, n. 34, 29 mar. 1824c. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=778931>. Acesso em: 4 dez. 2023.
- ABELHA do Itaculumy. Ouro Preto, n. 45, 23 abr. 1824d. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=778931>. Acesso em: 4 dez. 2023.
- ABELHA do Itaculumy. Ouro Preto, n. 67, 14 jun. 1824e. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=778931>. Acesso em: 4 dez. 2023.
- ABELHA do Itaculumy. Ouro Preto, n. 53, 4 maio 1825a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=778931>. Acesso em: 4 dez. 2023.
- ABELHA do Itaculumy. Ouro Preto, n. 64, 30 maio 1825b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=778931>. Acesso em: 4 dez. 2023.

ALMEIDA, Raphael Rocha de. *Imprensa e patriotismo nos primórdios do Império: Minas Gerais (1823-1831)*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História Digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 196-219, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/XNJJWhFFzPKdkhF6cyj5BJv/> Acesso em: 8 dez. 2024

CHIARAMONTE, José Carlos. *Raíces históricas del federalismo latinoamericano*. Buenos Aires: Sudamericana, 2016.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. 3. ed. São Paulo: Editora Globo, 2001.

FERNANDEZ SEBASTIÁN, Javier (dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano: la era de las revoluciones, 1750-1850*. Madrid: Editorial del Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.

FERREIRA, Fábio Ribeiro. *O general Lecor e as articulações políticas para a criação da Província Cisplatina: 1820-1822*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FREGA, Ana. Proyectos políticos y faccionalismo militar. Ecos de la crisis de la monarquía portuguesa en Montevideo, 1820-1824. *Illes Imperis*, Barcelona, n. 17, p. 57-90. 2016. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/IllesImperis/article/view/299453> Acesso em: 29 abr. 2024.

FREGA, Ana. Guerras de independencia y conflictos sociales en la formación del Estado Oriental del Uruguay, 1810-1830. *Dimensión Antropológica*, Ciudad de México, v. 35, n. 12, p. 25-58, 2005. Disponível em: <https://www.dimensionantropolologica.inah.gob.mx/?p=1073> Acesso em: 29 abr. 2024.

FREGA, Ana. Las caras opuestas de la *revolución*. Aproximación a sus significados desde la crisis de la monarquía española a la construcción del estado-nación. In: CAETANO, Gerardo (coord.). *Historia conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2013. p. 51-70.

GONZÁLEZ CALLEJA, Eduardo. La cultura de guerra como propuesta historiográfica: una reflexión general desde el contemporaneísmo español. *Revista Historia Social*, Madrid, n. 61, p. 68-87. 2008.

GONZÁLEZ DEMURO, Wilson. *Prensa periódica y circulación de ideas en la Provincia Oriental, entre el final de la dominación española y la independencia (1814-1825)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Universidad de la Republica, Montevidéu, 2013.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: a memória nacional e a escrita da história no alvorecer do império. In: CAMPOS, Adriana Pereira; GIL, Antonio Carlos Amador; SILVA, Gilvan Ventura da; BENTIVOGLIO, Julio Cesar; NADER, Maria Beatriz (org.). *Territórios, poderes, identidades: a ocupação do espaço entre a política e a cultura*. Vitória: GM, 2012. p. 153-167.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Um Olhar sobre o Continente: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 217-229. 1997. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2057/1196> Acesso em: 9 jul. 2025.

HALPERÍN DONGHI, Túlio. *Revolución y guerra: formación de una élite dirigente en la Argentina criolla*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2015.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LIMA, Manuel de Oliveira. *O Movimento de Independência (1821-1822)*. Edição fac-símilar. Brasília: FUNAG, 2019.

MACHADO, André Roberto de A. Um acordo impossível: o papel das guerras na Independência e na definição do Estado no Império do Brasil (1822-1825). *Almanack*, Guarulhos, n. 31, p. 1-32. 2022. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/alm/article/view/13622> Acesso em: 30 abr. 2024.

MARQUES JÚNIOR, Nelson Ferreira. *O despertar do império independente: áulicos e a formação de um projeto de Brasil na Corte fluminense (1822-1831)*. 2018. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade Imperial (1820-1840)*. 2. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

MORENO GUTIÉRREZ, Rodrigo. La cultura de guerra de las independencias iberoamericanas: perspectivas y posibilidades de estudio a partir del caso mexicano. *Almanack*, Guarulhos, n. 31, p. 1-39. 2022. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/alm/article/view/13594> Acesso em: 29 abr. 2024.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Absolutismo ou ilustração? D. Pedro enquanto político. In: KERN, Arno Alvarez (org.). *Sociedades Ibero-americanas: reflexões e pesquisas recentes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. p. 251-276.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: EDUSF: Ícone, 1999.

O SPECTADOR Brasileiro. Rio de Janeiro, n. 1, 28 de jun. 1824a. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700126&pagfis=1>. Acesso em: 29 abr. 2024.

O SPECTADOR Brasileiro. Rio de Janeiro, n. 13, 26 jun. 1824b. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700126&pagfis=1>. Acesso em: 29 abr. 2024.

O SPECTADOR Brasileiro. Rio de Janeiro, n. 14, 30 jul. 1824c. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700126&pagfis=1>. Acesso em: 29 abr. 2024.

O SPECTADOR Brasileiro. Rio de Janeiro, n. 132, 25 maio 1825d. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700126&pagfis=1>. Acesso em: 29 abr. 2024.

O SPECTADOR Brasileiro. Rio de Janeiro, n. 53, 3 nov. 1824e. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700126&pagfis=1>. Acesso em: 29 abr. 2024.

O SPECTADOR Brasileiro. Rio de Janeiro, n. 67, 10 dez. 1824f. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700126&pagfis=1>. Acesso em: 29 abr. 2024.

PIMENTA, João Paulo G. A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 2, n.

3, p. 53-82. 2009. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/69> Acesso em: 29 abr. 2024.

PIMENTA, João Paulo G. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata: 1808-1828*. São Paulo: Hucitec, 2006a.

PIMENTA, João Paulo Garrido. Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano. *Almanack*, Guarulhos, n. 3, p. 69-80, maio, 2006b. p. 70. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11635> Acesso em: 19 abr. 2024.

PIMENTA, João Paulo. *A independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2015.

PIMENTA, João Paulo. Oliveira Lima e as longas durações da historiografia da Independência. *Antiteses*, Londrina, v. 15, p. 211-232. 2022. Número especial. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/45142> Acesso em: 30 abr. 2024.

PIMENTA, João Paulo Garrido; JANCSÓ, István. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000. p. 127-175.

PIMENTA, João Paulo G. Província Oriental, Cisplatina, Uruguai: elementos para uma História da identidade Oriental (1808-1828). In: PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa (org.). *Revolução de independências e nacionalismos nas Américas: Região do Prata e Chile*. São Paulo: Paz e Terra, 2007. p. 27-68.

PIMENTA, João Paulo. Questão nacional e Independência do Brasil: um problema de 200 anos. *Revista USP*, São Paulo, n. 133, p. 97-110. 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/199288> Acesso em: 29 abr. 2024.

POCOCK, John Greville Agard. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: EDUSP, 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1933.

RAMOS, Julio. *Desencuentros de la modernidad en América Latina: Literatura y política en el siglo XIX*. Caracas: El perro y la rana, 2009.

REAL DE AZÚA, Carlos. *Los orígenes de la nacionalidade uruguaya*. Montevideo: ARCA: Nuevo Mundo, 1991.

REIS, Arthur Ferreira. *Anarquistas e servis: uma análise dos projetos políticos do Rio de Janeiro de 1824 a 1826*. São Paulo: Publicações BBM, 2022a.

REIS, Arthur Ferreira. *Emoção e patriotismo nos jornais da Independência (1821-1823)*. 2022. Tese (Doutorado em História) - Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022b.

RIBEIRO, Renilson Rosa. “*Destemido bandeirante à busca da mina de ouro da verdade*”: Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção da ideia de Brasil Colônia no Brasil Império. 2009. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

RICUPERO, Bernardo; FERREIRA, Gabriela Nunes. Raymundo Faoro e as interpretações do Brasil. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 28, p. 37-55. 2005. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/9/3> Acesso em: 30 abr. 2024.

SCHWARTZMAN, Simon. Atualidade de Raymundo Faoro. *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 207-213. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/rkQMQmxqfK7yLt9J7hbSMQQ/> Acesso em: 30 abr. 2024.

SILVA, Rodrigo Fialho. *Nas Minas... por entre “typos”, jornais e tintas: sociabilidade impressa e debate político na Província das Gerais (1823-1831)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 73-102.

SILVA, Wlamir. A abelha sinalagmática e hiperbólica: o periódico mineiro *Abelha do Itaculumy* (1824-1825). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 27., 2013, Natal. *Anais [...]*. Natal: ANPUH, 2013.

SILVA, Wlamir. Autonomismo, contratualismo e Projeto Pedrino: Minas Gerais na Independência. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 53-94. 2005. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2210> Acesso em: 29 abr. 2024.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. *As razões da Independência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

STUVEN, Ana María. Guerra y nación en el siglo XIX chileno: del americanismo al nacionalismo. In: BERNALDO DE QUIRÓS, Pilar González (dir.). *Independencias ibero-americanas: nuevos problemas y aproximaciones*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2015. p. 275-303.

TOLEDO, Ana Tereza Landolfi. O império português na crise do Antigo Regime: as elites políticas de Minas Gerais no contexto da independência do Brasil. *Mneme – Revista de humanidades*, Caicó, v. 14, n. 32, p. 1-28, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/3148/4141> Acesso em: 29 abr. 2024.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brazil, antes da sua separação e independência de Portugal*. 2. ed. Viena: Imprensa do filho de Carlos Gerold, 1877. 2 v.

VELLASCO, Ivan de Andrade. Os predicados da ordem: os usos sociais da justiça nas Minas Gerais 1780-1840. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 25, n. 50, p. 167-200. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/LJHJSMM5sdJdGCF5G9VFgmn/abstract/?lang=pt> Acesso em: 29 abr. 2024.

VIANNA, Jorge Vinícius Monteiro. *Imaginando a nação: o vocabulário político da imprensa no processo de independência do Brasil (1821-1824)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

WINTER, Murillo Dias. *Uma tempestade de papéis impressos e infames: imprensa e linguagem política na independência do Brasil (Província Cisplatina, 1821-1824)*. 2019. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

NOTAS

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, com vinculação à linha de pesquisa Política, Cultura e Trabalho (2023). Atualmente é bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo <https://orcid.org/0000-0001-8781-5322>. fabiula.freitas99@gmail.com

2 Recomendamos, também, a consulta ao dicionário conceitual organizado por Javier Fernández Sebastián, no qual se encontram análises de conceitos políticos variados em cada região da América ibérica, além de Portugal e Espanha. Fernandez Sebastián (2009).

3 Entendemos por “identidades políticas coletivas” os instrumentos de autoidentificação forjados por determinados grupos social e historicamente localizados. Tais modalidades identitárias possuem evidente cunho político, funcionando como ferramentas de lutas sociais empunhadas por grupos e setores específicos. Tal compreensão possui bases no trabalho de João Paulo Pimenta. Conforme tal autor, as identidades coletivas são tanto “indicadores de realidades sociais” quanto “elementos propiciadores de reconfigurações dessas mesmas realidades”. Cf. Pimenta (2006b, p. 70).

4 Salientamos que essa indagação se insere na produção intelectual de historiadores brasileiros, sendo João Paulo Pimenta um de seus principais divulgadores. Em artigo publicado no ano de 2009, já constatava que a tendência do pensamento político brasileiro a reiterar a verve conservadora e quase “não-revolucionária” da Independência e da construção do Estado plasmou uma “auto imagem da identidade nacional brasileira em seu nascedouro”. Ou seja, a imagem positiva e legítima outorgada à emancipação política foi tecida por seus contemporâneos e reforçada pela historiografia posterior, podendo ser concebida como um ensaio identitário. Pimenta (2009, p. 54-55).

5 É importante esclarecermos nossa opção pela não utilização da ferramenta de lupa, disponível para os usuários do site da Hemeroteca Digital. Em pesquisas longas, debruçadas sobre fontes extensas e complexas, a utilização desse instrumento pode poupar tempo ao pesquisador, conduzindo-o diretamente aos trechos que interessam a seus objetivos. Por outro lado, a depender dos métodos adotados, a orientação pelas buscas intratextuais fragmenta a compreensão do contexto global em que a palavra ou termo específico ocorre. Assim, tendo em vista as diretrizes do Contextualismo Linguístico, priorizamos a leitura integral e corrente dos textos. Para maiores discussões sobre o assunto, ver Brasil e Nascimento (2020, p. 203).

6 Recorremos, também, à categoria de “conceitos antitéticos assimétricos”, cunhada por Koselleck. O historiador alemão explica que, na arena política, os conceitos antitéticos são utilizados para designação de grupos, sendo imbuídos de juízo de valor. Cf. Koselleck (2006, p. 191-232).

7 Antes de *Abelha*, o único periódico a circular em Minas Gerais foi *O Compilador Mineiro*, publicado entre outubro de 1823 e janeiro de 1824. Editorados por Manoel José Barbosa, os periódicos foram produzidos pela Tipografia Patrícia de Barbosa & Cia. Enquanto Rodrigo Fialho enxerga uma linha de continuidade entre os projetos editoriais dos jornais, Raphael Almeida entende que as transformações sensíveis entre as linguagens de *Compilador* e *Abelha* são um indício da retração dos espaços públicos a partir do fechamento da Constituinte de 1823. Nesse sentido, nota-se que os ecos da linha política autoritária de D. Pedro I e de seu gabinete atingiram também a província mineira, que só experimentou diversificação em sua atividade impressa a partir de 1825, com o surgimento de *O Universal*. Cf. Almeida (2008, p. 132-133), Silva (2011, p. 88-90) e Silva (2005).

8 Foi o caso do periódico *Gazeta do Rio de Janeiro*, que, diante das revoluções hispano-americanas, adotou um quase completo silenciamento. João Paulo Pimenta defende que tal postura visava ao impedimento da entrada de ideias subversivas no Brasil. Cf. Pimenta (2015, p. 129-133).